

RELATÓRIO ANUAL DA ADMNISTRAÇÃO 2021



DMVF
B3 LISTED NM

IGC B3 IGC-NM B3 ITAG B3



Relatório Anual da Administração de 2021

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022 – A d1000 varejo farma S.A. (“d1000” ou “Companhia”, B3: DMVF3), rede de drogarias formada pela Drogasmil, Farmalife, Drogarias Tamoio e Drograria Rosário submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Societárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS), os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Mensagem aos Acionistas

Ao longo de 2021 conseguimos capturar importantes ganhos de uma estratégia diligentemente planejada e executada. A despeito de adversidades decorrentes do prolongamento da pandemia de COVID-19 e pressões inflacionárias, a Rede d1000 entregou crescimento de 12,9%, com destaque para o último trimestre de 19%, sendo 8,7% nas mesmas lojas. A venda média por loja também registrou evolução, saindo de R\$ 453 mil/mês no 1T21 para R\$ 515 mil/mês no 4T21, alcançando R\$ 565 mil em dezembro de 2021. Dentre as evoluções do quarto trimestre, vale ressaltar a categoria de RX, com crescimento de 29% e genéricos, com 22,6%.

Esse desempenho se deve, principalmente, ao incremento de mix, redução de ruptura e implementação de uma nova estratégia de *pricing*. Nosso mix, com 7.400 sku’s em 2020, atingiu 9.300 sku’s ao final de 2021, melhorando disponibilidade e variedade de produtos em loja. Outras iniciativas como gerenciamento de categorias, ressetorização de lojas, revisão de metodologia de atendimento e aceleração da plataforma de CRM potencializaram os resultados do ano e qualificaram a experiência de compra dos nossos consumidores.

O plano de expansão foi executado com sucesso e, já no início do 4T21, finalizamos as inaugurações das 30 lojas prometidas para o ano. Essas lojas performam de acordo com a expectativa e denotam nossa assertividade no modelo de abertura de lojas, já representando 10% das vendas de dezembro/21. Também realizamos 12 reformas/ampliações e 9 delas, realizadas até novembro, apresentaram crescimento de 38% na comparação dezembro/21 *versus* dezembro/20, com faturamento médio de R\$ 555 mil/mês. Em 2022, vamos abrir mais 10 lojas e reformar/ampliar outras 20.

Além disso, em 2021 continuamos investindo no aprimoramento da transformação digital da Companhia e na ampliação acelerada da nossa linha de Marcas Exclusivas. No ano, nossas vendas *omnichannel* apresentaram crescimento de 12,8%, representando 7,6% da receita bruta. A partir da implantação da nova plataforma de E-commerce, realizada no segundo semestre, aprimoramos a experiência digital de nossos clientes, resultando no incremento de 17% em receita no 4T21 *versus* 4T20. As vendas de Marcas Exclusivas alcançaram R\$ 56,2 milhões no ano, um avanço de 40,5% em relação a 2020. Com 65 lançamentos em 2021, incluindo a entrada em 9 novas categorias, somamos 252 sku’s distribuídos em 59 categorias. Nossas Marcas Exclusivas representaram 8,9% do autosserviço e 4,6% da receita total.

Tivemos também outras iniciativas estratégicas relevantes. A implantação do novo sistema de PDV, com ganho de produtividade e melhoria no atendimento, a conclusão da contratação do time de executivos e a evolução no modelo de avaliação de desempenho de nossa equipe.

O crescimento de 21% do 4T21 versus 1T21 reflete o impacto parcial das melhorias implantadas ao longo do ano. Novas e importantes iniciativas foram mapeadas no nosso planejamento estratégico, realizado em novembro de 2021, e já começaram a ser implementadas no 1T22, reforçando nossas expectativas otimistas para o atingimento de R\$ 600 mil de faturamento médio por loja.

Vamos seguir com o compromisso de expandir nossa rede, de acelerar a nossa digitalização e de entregar a melhor experiência ao cliente, alicerçados na sustentabilidade dos negócios e em uma gestão guiada pelos princípios do ESG. Em 2021, iniciamos a estruturação das nossas diretrizes para incorporação e consolidação de pilares e premissas ambientais, sociais e de governança. Esta atitude ratifica o propósito da Companhia de busca pelo desenvolvimento sustentável por meio de ações economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas.

Nossas lojas deixam de emitir na camada atmosférica, anualmente, cerca de 636 toneladas de CO² e isso deriva da energia produzida por 3 usinas fotovoltaicas, compostas por 9.400 painéis solares que compensam o consumo em 70% das nossas unidades. Em parceria com a 1Mio do UNICEF e o Coletivo Jovem do Instituto Coca-Cola, geramos oportunidades de integração de jovens ao time da Rede d1000, o que conecta o público beneficiário com a primeira oportunidade de emprego. Criamos no 4T21 o Comitê de Diversidade, que nos deu a chance de iniciar a consolidação do *Projeto Diversidade em Cena*. Iniciamos o ano de 2022 concretizando parceria exclusiva com a P&G e Always, que tem por objetivo combater a pobreza menstrual nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do país.

Deste modo, temos certeza que seguiremos contribuindo com a criação de valor para toda a sociedade e para nossos acionistas.

Sammy Birmarcker
CEO Rede d1000

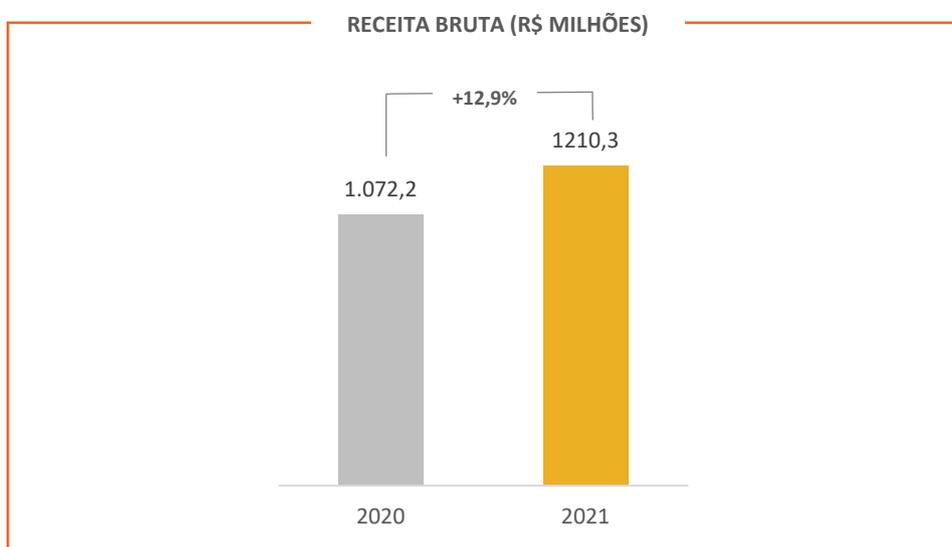
Nossas Lojas

Até 31 de dezembro de 2021, foram inauguradas 30 lojas novas, atingindo com sucesso o *guidance* para o ano. Além disso, 12 lojas foram reformadas/ampliadas ao longo do ano e 13 encerradas, totalizando, portanto, 214 lojas em operação, 17 lojas a mais que o ano anterior. Dessas, 4 foram abertas durante o 4T21, 5 ampliadas/reformadas e 4 encerradas.

Com a finalização do nosso plano de expansão para 2021, o portfólio de lojas da Rede d1000 passou a apresentar um total de 26,6% de lojas em processo de maturação, o que representa um potencial de incremento de vendas e rentabilidade.

Receita Bruta

Em 2021, a Receita Bruta alcançou R\$ 1,2 bilhão, o que representa uma evolução de 12,9% ou R\$ 138,1 milhões em comparação com os R\$ 1,07 bilhão registrados em 2020. Importante ressaltar que a Companhia apresentou evolução de vendas ao longo de todos os trimestres de 2021.



Lucro Bruto

No ano de 2021, o Lucro Bruto totalizou R\$ 370,8 milhões, representando um crescimento de 14,1% em relação ao ano anterior. A Margem Bruta acumulada foi de 30,6%, evoluindo 0,3 p.p. quando comparada à 2020.

Despesas com Vendas

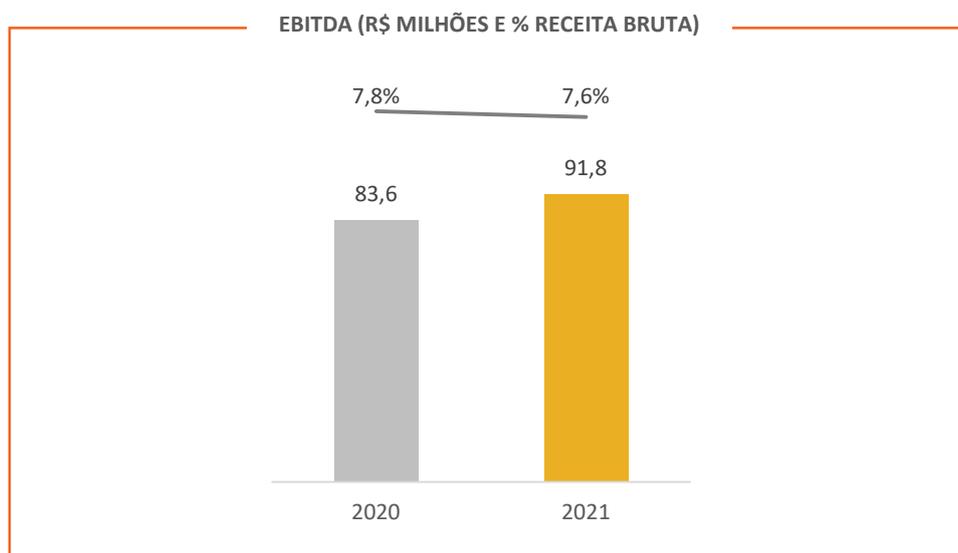
No ano de 2021, as Despesas com Vendas somaram R\$ 224,3 milhões, aumento de 11,4% na comparação com os R\$ 201,3 milhões de 2020. Esse aumento se deve, principalmente, à combinação de 3 fatores: redução de despesas com pessoal em 2020 por conta da adoção da MP 936, pela redução de despesas com aluguéis de lojas de shoppings temporariamente fechadas e com despesas pré-operacionais relativas à abertura de 30 lojas.

Despesas Gerais e Administrativas – G&A

As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 60,6 milhões em 2021, aumento de 11,0% em relação a 2020 e representaram 5,0% da Receita Bruta, em linha com o ano anterior. Essa variação pode ser explicada pelo impacto positivo da MP 936, restrita ao ano de 2020, pelos investimentos em campanhas promocionais de final de ano e em transformação digital.

Ebitda

A Rede d1000 encerrou o ano de 2021 com Ebitda de R\$ 91,8 milhões, crescimento de 9,8% ou R\$ 8,2 milhões acima do ano anterior, com Margem Ebitda praticamente em linha na comparação entre os anos.



Resultado Financeiro, Depreciação e Imposto de Renda

As Despesas de Depreciação totalizaram R\$ 93,8 milhões em 2021, equivalentes a 7,8% da Receita Bruta, e seu incremento está relacionado com o crescente investimento em abertura e ampliação de lojas, além da normalização dos valores dos aluguéis, visto que em 2020 houve um impacto positivo em função dos descontos recebidos em decorrência da pandemia.

O Resultado Financeiro registrado em 2021 foi de R\$ 2,1 milhões negativos, redução de R\$ 22,3 milhões versus os R\$ 24,4 milhões negativos de 2020, fruto da redução da dívida da Companhia.

Lucro Líquido

No ano de 2021, o Lucro Líquido da Rede d1000 foi de R\$ 1,9 milhão, 1800% superior ao alcançado em 2020, com Margem Líquida de 0,16%.

Endividamento

Seguindo o compromisso assumido no IPO de reduzir o endividamento da Companhia, durante o ano de 2021 foram quitados R\$ 65,6 milhões. Dessa forma, terminamos o ano com R\$ 40,4 milhões de Dívida Bruta e R\$ 96,4 milhões em caixa, o que nos leva a uma posição de Caixa Líquido de R\$ 56,0 milhões.

Fluxo de Caixa

Em 2021, a Companhia registrou Fluxo de Caixa Operacional de R\$ 17,3 milhões, melhor que 2020 em R\$ 69,1 milhões. Os investimentos totalizaram R\$ 59,8 milhões, sendo R\$ 46,4 milhões alocados em abertura de lojas, ampliações e reformas.

(R\$ MILHÕES)	2020	2021
EBIT	6,6	-2,1
Depreciação e Amortização	76,9	93,8
Pagamento de Arrendamento direito de uso	-62,1	-75,4
Outros Ajustes	-6,4	-24,9
Recursos das Operações	15	-8,6
Ciclo de Caixa	-40,9	21,0
Outros Ativos (Passivos)	-26,1	4,9
Fluxo de Caixa Operacional	-51,8	17,3
Investimentos	-36,5	-59,8
Fluxo de Caixa Livre	-88,3	-42,5
Resultado financeiro	-16,3	-2,1
Aporte Financeiro	369,9	0
Fluxo de Caixa Total	265,3	-44,6

Cultura, Gente e Gestão

No ano de 2021, visando reforçar o engajamento, proporcionar melhorias internas e alcançar maior produtividade, realizamos diversas ações com foco no desenvolvimento dos nossos colaboradores e lançamos a Universidade do Grupo Profarma, que consiste em uma plataforma digital robusta com conteúdo relevante para todas as áreas da Companhia, temos treinamentos, palestras, rodas de conversa, workshops, mentorias e muito mais.

Ao final do exercício, a Reded1000 contava com 3.536 colaboradores ante 3.541 colaboradores em 31 de dezembro de 2020.

Mercado de Capitais – Performance da Ação

As ações da d1000 (B3: DMVF3) no ano de 2021 tiveram desvalorização de 67,1%, encerrando o exercício cotadas a R\$ 4,21, com volume médio diário negociado de R\$ 1,8 milhões com média de 555 negócios realizados. O valor de mercado ao final de 2021 atingiu R\$ 213,0 milhões, com *free float* de 46,5%.

ESG

Ao longo dos 15 anos de Instituto Profarma realizamos inúmeras ações de impacto social positivo nas comunidades em que atuamos, além de firmarmos parcerias importantes com a Fundação Abrinq e UNICEF e, assim, ajudamos mais de 100 mil pessoas durante esse tempo.

Em 2021, pensando em incorporar cada vez mais os princípios ESG ao nosso modelo de negócio, criamos uma Diretoria e um Comitê dedicados ao tema. Além de intensificarmos nossos compromissos com a sociedade e mantermos nossas políticas de governança corporativa no mais alto nível, buscamos o fortalecimento das iniciativas ambientais.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

Em conformidade com o Estatuto Social, capítulo IX, artigo 35, A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada e na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2022.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visa a assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseiam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2021, não foram contratados com a Ernst & Young, serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos especialmente a todos os nossos colaboradores, cuja dedicação e comprometimento foram essenciais para superar os desafios e alcançar resultados cada vez melhores. Por fim, agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança.

A administração

Demonstrações Financeiras

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
d1000 Varejo Farma Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade de ativos não-financeiros (“Impairment”)

Conforme mencionado nas notas 4.2k, 15 e 21, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados principalmente pelo ativo intangível, incluindo ágios por rentabilidade futura gerados na combinação de negócios, nas aquisições em redes varejistas e créditos fiscais diferidos.

Tais ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio, devem ser submetidos a testes de recuperabilidade (“impairment”) anualmente, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos.

Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponíveis, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 12 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Leonardo Amaral Donato
Contador CRC-1RJ090794/O-0

D1000 Varejo Farma Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.075	73.778	96.357	206.491
Instrumentos financeiros	27	-	-	10.572	17.243
Contas a receber	7	-	-	95.738	71.396
Estoques	8	-	-	140.068	131.905
Impostos a recuperar	9	333	9	38.691	37.407
Outras contas a receber	10	71	5	13.124	18.580
Total dos ativos circulantes		31.479	73.792	394.550	483.022
Ativos não circulantes					
Depósitos judiciais		-	-	5.566	5.904
Instrumentos financeiros	27	-	-	-	8.153
IR e CSLL diferidos	21	-	-	94.802	62.354
Impostos a recuperar	9	-	-	30.333	22.904
Outras contas a receber	10	8.679	-	524	524
Investimentos	13	804.416	766.869	-	-
Imobilizado	14	-	-	334.463	257.112
Intangível	15	-	-	610.278	615.004
Total dos ativos não circulantes		813.095	766.869	1.075.966	971.955
Total dos ativos		844.574	840.661	1.470.516	1.454.977

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Passivos					
Passivos circulantes					
Fornecedores	16	42	11	187.296	133.177
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	48.531	84.498
Salários e contribuições sociais	-	207	212	25.156	23.080
Impostos e taxas	19	176	173	9.920	9.500
Arrendamento a pagar	18	-	-	67.787	53.694
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	22	-	-	4.160	4.061
Outros		6.011	4.106	14.393	9.664
Total dos passivos circulantes		6.436	4.502	357.243	317.674
Passivos não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	2.466	46.925
Impostos e taxas	19	-	-	4.487	8.744
Impostos diferidos	21	-	-	37.991	27.384
Provisão para Contingências	20	-	-	26.701	41.876
Arrendamento a pagar	18	-	-	199.490	168.215
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	22	-	-	4.000	8.000
Total dos Passivos não circulantes		-	-	275.135	301.144
Patrimônio líquido					
Capital social	23				
	23.a	1.004.004	1.004.004	1.004.004	1.004.004
Prejuízos acumulados		(165.866)	(167.845)	(165.866)	(167.845)
Total do Patrimônio Líquido		838.138	836.159	838.138	836.159
Total do Patrimônio Líquido e Passivos		844.574	840.661	1.470.516	1.454.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

D1000 Varejo Farma Participações S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita operacional líquida	25	-	-	1.141.394	1.004.375
Custo dos produtos vendidos		-	-	(770.496)	(679.468)
Lucro Bruto		-	-	370.898	324.907
Despesas gerais e administrativas	28	(4.703)	(1.642)	(35.355)	(36.527)
Despesas comerciais e marketing	28	-	-	(258.731)	(227.068)
Despesas logística e distribuição	28	-	-	(1.494)	(2.723)
Despesas gerais e administrativas	28	(4.703)	(1.642)	(295.580)	(266.318)
Despesas de infraestrutura	28	-	-	(94.038)	(76.956)
Outras despesas/receitas operacionais	28	(215)	(19)	16.608	25.014
Resultado de equivalência patrimonial	13.b	5.280	1.372	-	-
Outras despesas/receitas operacionais	28	5.065	1.353	(77.430)	(51.942)
Despesas / Receitas Operacionais	28	362	(289)	(373.010)	(318.260)
Resultado antes do resultado financeiro		362	(289)	(2.112)	6.647
Receitas financeiras	26	1.998	564	7.152	8.415
Despesas financeiras	26	(381)	(152)	(24.226)	(32.844)
Resultado financeiro líquido	26	1.617	412	(17.074)	(24.429)
Resultado antes dos impostos		1.979	123	(19.186)	(17.782)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21	-	-	21.841	19.544
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(676)	(1.639)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	21	-	-	21.165	17.905
Resultado do exercício		1.979	123	1.979	123
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	24	0,039	0,002	0,039	0,002
Participações não controladoras					
Quant. De ações ao final do período	24	50.603	50.603	50.603	50.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

D1000 Varejo Farma Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Resultado do exercício	1.979	123	1.979	123
Total dos Resultados Abrangentes do Exercícios	1.979	123	1.979	123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

D1000 Varejo Farma Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	634.017	-	(167.968)	466.049
Aumento de Capital C/ Abertura de Capital	401.308	-	-	401.308
Custos com emissão de ações	(31.321)	-	-	(31.321)
Lucro líquido do exercício	-	-	123	123
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.004.004	-	(167.845)	836.159
Lucro líquido do exercício	-	-	1.979	1.979
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.004.004	-	(165.866)	838.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

D1000 Varejo Farma Participações S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) antes do IR/CS					
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	13/14	-	-	26.563	23.022
Depreciação direito de uso imóveis	17	-	-	67.475	53.934
Resultado equivalência patrimonial	12	(5.280)	(1.372)	-	-
Juros de Empréstimos Provisionados	16	-	2	7.136	11.071
Provisão / Reversão para perdas de créditos esperados	6	-	-	156	(513)
Perda na baixa de imobilizado e intangível	13/14	-	-	906	1.945
Ganho / Perda na reversão direito de uso imóveis	13	-	-	(7.068)	-
Provisão / Reversão para perda estoque	7	-	-	440	292
Provisão / Reversão para contingência	19	-	-	(3.411)	(13.561)
Provisão / Reversão de parcelamentos de impostos	-	-	-	(695)	170
Encargos financeiros direito de uso	17	-	-	16.641	13.408
Outros	-	49	(1)	(10.412)	5.257
		(3.252)	(1.248)	78.545	77.243
Contas a receber	6	-	-	(24.713)	(57.796)
Estoques	7	-	-	(8.603)	(2.749)
Impostos a recuperar	8	(327)	(9)	2.246	(24.337)
Outros	-	(6.938)	4.101	6.028	(2.415)
Fornecedores	15	31	11	40.289	19.643
Salários e contribuições	-	(5)	212	1.051	1.113
Impostos a recolher	18	5	173	(259)	(6.373)
Outros	-	50	(1)	423	1.475
		(10.436)	3.239	95.007	5.804
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais					
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aumento de investimento	12	(32.267)	(299.448)	-	(3.000)
Pagamento de aquisições	-	-	-	(3.901)	-
Adições ao imobilizado	13	-	-	(48.925)	(27.728)
Adições ao Intangível	14	-	-	(7.432)	(4.936)
Baixas de Intangível	13/14	-	-	-	20
		(32.267)	(299.448)	(60.258)	(35.644)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos					
Aumento de capital / adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	369.987	-	369.987
Obtenção de empréstimos - Principal	16	-	-	-	131.318
Pagamento de empréstimos - Amortização	16	-	-	(63.934)	(238.825)
Pagamento de empréstimos - Juros	16	-	-	(5.532)	(12.466)
Pagamento de Arrendamento direito de uso	17	-	-	(75.417)	(62.849)
		-	369.987	(144.883)	187.165
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de financiamento					
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa					
		(42.703)	73.778	(110.134)	157.325
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	73.778	-	206.491	49.166
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	31.075	73.778	96.357	206.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

D1000 Varejo Farma Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas	-	-	1.201.189	1.068.991
Vendas de mercadorias produtos e serviços	-	-	1.201.345	1.068.478
Provisão para crédito de liquidação duvidosas - Reversão/(Constituição)	-	-	(156)	513
Insumos adquiridos de terceiros	(932)	(154)	(883.791)	(769.388)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(770.496)	(679.468)
Mat., energia, serviço de 3os. e outros	(932)	(154)	(113.295)	(89.920)
Valor adicionado bruto	(932)	(154)	317.398	299.603
Depreciação e amortização	-	-	(94.038)	(76.956)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(932)	(154)	223.360	222.647
Valor adicionado recebido em transferência	7.277	1.936	12.550	8.674
Resultado de equivalência patrimonial	5.280	1.372	-	-
Receitas financeiras	1.998	564	7.152	8.415
Outras	(1)	-	5.398	259
Valor adicionado total a distribuir	6.345	1.782	235.910	231.321
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:	3.448	1.345	163.472	151.906
Remuneração direta	3.448	1.345	140.196	129.687
Benefícios	-	-	13.395	13.374
FGTS	-	-	9.881	8.845
Impostos, taxas e contribuições:	906	294	75.757	74.862
Federais	906	294	23.587	23.997
Estaduais	-	-	39.791	40.359
Municipais	-	-	12.379	10.506
Remuneração de Capital de Terceiros:	12	20	(5.298)	4.430
Juros	12	20	5.727	14.259
Aluguéis	-	-	(11.025)	(9.829)
Remuneração de Capitais Próprios:	1.979	123	1.979	123
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	1.979	123	1.979	123
Valor adicionado distribuído	6.345	1.782	235.910	231.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

1 Contexto operacional

A d1000 Varejo Farma Participações S.A. (“d1000”, Companhia ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Av. Ayrton Senna, 2150 Bloco P 3º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e possui por objeto, a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. O Grupo tem como controladora a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A (“Profarma”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a d1000 e suas controladas, conforme destacadas na nota explicativa nº 5, conjuntamente referidas como “o Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”. As entidades operacionais do Grupo atuam, principalmente, na atividade de venda no varejo de produtos farmacêuticos e cosméticos, conforme detalhado a seguir:

O Grupo está presente nos estados do Rio de Janeiro, com as marcas Drogasmil e Farmalife (62 lojas) e Tamoio (84 lojas), Goiás, Mato Grosso, Tocantins e no Distrito Federal com a Marca Rosário (68 lojas), totalizando 214 lojas.

Em decorrência da nossa plataforma diversificada e da nossa área de atuação abrangente, conseguimos atender a consumidores das mais variadas classes sociais do país (de A+ a C). A nossa rede de Drogarias Tamoio, por exemplo, é focada, principalmente, no atendimento ao público popular, abrangendo as classes B e C, com isso tem um mix maior de medicamentos genéricos, higiene e beleza. Já a Farmalife é direcionada aos consumidores com maior poder aquisitivo, abrangendo as classes A+ e A. Adicionalmente, nossas bandeiras são selecionadas de acordo com a região em que operamos e os produtos que oferecemos são adequados ao respectivo público direcionado. Dessa forma, a Companhia se encontra bem posicionada para o atendimento dos consumidores do setor do varejo farmacêutico.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), este materializou-se através dos pronunciamentos denominados CPC.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Oferta pública de ações

A Companhia realizou na data de 10 de agosto de 2020, a oferta pública de distribuição primária de 23.536.205 (vinte e três milhões, quinhentas e trinta e seis mil e duzentas e cinco) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), ao preço de R\$17,00 por ação (“Preço por Ação”), perfazendo o montante total de R\$ 400.115.

A Companhia incorreu com R\$ 31.321 em gastos com a Oferta. Esses gastos estão apresentados na demonstração financeira em gastos com emissão de ações, no patrimônio líquido em 31/12/2020.

A Administração reavaliou o plano de negócios da Companhia levando em consideração os recursos da oferta pública de ações, bem como certas premissas macroeconômicas e setoriais relevantes. Com a oferta pública de ações, implementamos as seguintes estratégias de crescimento da receita para buscar maior eficiência operacional:

- (i) alavancar vendas através de crescimento orgânico;
- (ii) ampliar área de vendas das lojas;
- (iii) investir na expansão de nossas já reconhecidas marcas próprias;
- (iv) avaliar a oportunidades de crescimento via aquisições selecionadas;
- (v) melhorar experiência de compra de nossos consumidores.

2.1 Análise Impactos COVID-19

Com o advento da pandemia do Covid-19, a Companhia fez uma análise de possíveis impactos nas informações contábeis deste exercício.

Vale destacar que durante o exercício a maior parte das lojas se encontravam em operação regular, pese o menor fluxo de consumidores notadamente nas lojas situadas em shoppings, mediante a adoção das medidas necessárias para proteção de nossos funcionários e clientes. Como forma de minimizar os impactos da pandemia do Covid-19 em nossos negócios, adotamos as seguintes medidas:

- **Preservação de caixa**
 - redução de despesas administrativas e de vendas;
 - mudanças operacionais no sentido de aumentar a capilaridade e logística das vendas delivery;
 - revisão e negociação de contrato de aluguel das lojas, seja para aplicação de índice de correção inferior ao IGP-M, seja pela redução do fluxo de pessoas em algumas lojas, especialmente aquelas localizadas em shopping.
- **Colaboradores**
 - Adequação do número de colaboradores de loja, em função dos horários de maior fluxo de consumidores.

- **Saúde**

- Manutenção de um canal exclusivo para acompanhamento dos casos suspeitos da doença, com uma equipe médica e assistentes sociais para apoio a colaboradores e familiares;
- comunicados e treinamentos frequentes sobre prevenção, higiene e cuidados com a saúde;
- distribuição de kits de prevenção (álcool gel, luvas e máscaras) para nossos colaboradores;
- monitoramento de casos suspeitos e confirmados e de colaboradores que tiveram contato direto com casos positivos;
- implementação de protocolos de biossegurança nos estabelecimentos;
- adequação física das lojas para promover a segurança no atendimento aos clientes.
- afastamento do local de trabalho dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco;
- *home office* para a área corporativa;
- reuniões entre colaboradores e lideranças realizadas através de plataformas digitais;
- suspensão de viagens para todos os colaboradores; e
- controle de fluxo de pessoas em loja, com corredor de isolamento, para manter a distância recomendada.

- **Comunidade**

- reforço na campanha de solidariedade em parceria com a Unicef, através do Instituto Profarma de Responsabilidade Social, para ajudar as comunidades mais vulneráveis ao Covid-19;
- distribuição de kits de higiene;
- comunicação de protocolos para orientação de colaboradores e clientes, com base nas determinações da Organização Mundial da Saúde (“OMS”), do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“Anvisa”) e da Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias (“Abrafarma”).

Na avaliação do contas a receber em 31 de dezembro de 2021, sua maior parcela está concentrada em cartões de crédito (92%), junto a principal administradora do mercado (Cielo) sendo que 60% foram recebidos em 30 dias e o restante substancialmente em fevereiro de 2022. Incluindo a avaliação de recebíveis relativos a convênios, não observamos nenhum aumento significativo no risco de crédito que pudesse justificar qualquer impacto na provisão para perdas de créditos esperadas, bem como qualquer impacto da pandemia da Covid-19 em relação a risco de liquidez de seus recebíveis.

O valor recuperável do ágio referente a suas aquisições no montante de R\$ 436.251 foi testado, levando em consideração os impactos decorrentes do novo cenário de pandemia. Com estimativas suportadas principalmente pela resiliência do mercado farmacêutico tendo em vista a sua essencialidade e a abertura de capital que permitiu um incremento de caixa visando a expansão de lojas com conseqüente aumento de receitas, a Administração não identificou qualquer ajuste quanto à recuperabilidade do ágio ao final do exercício.

Com relação às dívidas bancárias de curto e longo prazo (empréstimos e financiamentos mais instrumentos financeiros), no total de R\$ 40.425 em 31 dezembro de 2021 (R\$ 106.027 em 31 dezembro de 2020), o Grupo vem reduzindo o saldo devedor de acordo com os vencimentos contratados, não tendo havido necessidade de renegociações ou extensões de prazos, seguindo sua estratégia de gerenciamento de dívida. A Companhia está coberta contra a exposição à variação cambial em seus ativos e passivos financeiros, com contratos de instrumentos financeiros, portanto não há necessidade de se revisar ou constituir provisões adicionais relativas ao cenário da pandemia do Covid-19, tendo em vista a volatilidade da taxa de câmbio registrada neste exercício.

Não foram observadas interrupções significativas na cadeia de fornecimento de produtos para revenda, tendo sido possível manter os níveis de serviço de atendimento aos clientes neste exercício, em relação a exercícios anteriores.

Por termos presenciando um momento de incertezas, em que não é possível precisar seus impactos, bem como o prazo de duração da pandemia, no entendimento da Administração, tais medidas visaram a manutenção da evolução da Companhia no decorrer do exercício.

Diante do exposto, não foram verificados impactos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

4 Principais políticas contábeis

4.1) Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- a) Contas a Receber e outros contas a receber: O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas no histórico de perdas de recebíveis que apresentam padrões de perda semelhantes e mudanças nas estimativas prospectivas de fatores macro econômicos. O Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Além disso, a Grupo considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de créditos, sem recorrer a ações como a realização de garantias por exemplo; ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas nas Notas 7 e 10.

- b) Estoques (provisão para perda de estoques): O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a provisão para perda de estoques que é calculada com base no histórico de baixa por perda e concretizadas somente na realização dos inventários, que refletem o modelo de operação da Companhia e servem como base para as atualizações da estimativa.
- c) Provisões para Contingências (riscos trabalhistas, fiscais e cíveis) : O Grupo e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.
- d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.
- e) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.
- f) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento, para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo “direito de uso”.

4.2 - Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

b) Reconhecimento de receita

A receita é registrada e mensurada obedecendo ao pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas são fundamentalmente representadas por vendas em balcão à vista e por cartão de débito e crédito para o consumidor final. Os clientes obtêm o controle dos produtos vendidos, substancialmente medicamentos e perfumaria, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes nas instalações do Grupo (lojas físicas), sendo as faturas emitidas e a receita reconhecida naquele momento. O grupo possui ainda a modalidade e-commerce em que o cliente adquire a mercadoria pelo canal digital e a faturas são emitidas e a receita reconhecida no momento em que o produto sai para entrega ao cliente. Eventuais descontos são concedidos no momento das vendas, e é reconhecido como redutores da receita. Dada a natureza dos produtos vendidos (medicamentos, origem controlada), raramente são aceitas devoluções.

c) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA.

No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iii) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de valor justo

O ganho ou a perda no instrumento de hedge deve ser reconhecido no resultado (ou outros resultados abrangentes, se o instrumento de hedge protege instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes).

O ganho ou a perda protegida no item protegido deve ajustar o valor contábil do item protegido (se aplicável) e deve ser reconhecido no resultado. Se o item protegido for ativo financeiro (ou componente dele) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda protegida no item protegido deve ser reconhecido no resultado. Se o item protegido for instrumento patrimonial para o qual o Grupo escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes, esses valores devem permanecer em outros resultados abrangentes. Quando o item protegido for compromisso firme não reconhecido (ou componente dele), a alteração acumulada no valor justo do item protegido, subsequente à sua designação, deve ser reconhecida como ativo ou passivo com o ganho ou a perda correspondente reconhecida no resultado.

d) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as demonstrações financeiras das controladas Nice RJ Participações S.A., Drogaria Cipriano de Santa Rosa Ltda, CSB Drogarias S.A, Drogaria Rosário S.A, Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda e Casa Saba Brasil Holding Ltda.

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações em empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis do Grupo são aplicadas consistentemente entre todas as empresas que fazem parte do consolidado.

e) Conta a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (quando aplicável, para melhor refletir o valor justo da transação) e líquido de provisão para perda esperada.

O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada na receita bruta. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo de vencimento da transação.

As perdas de crédito esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, deduzido pelo líquido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável).

g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 14 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles:

- Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio sem vida útil definida é testado anualmente e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário.
- Software adquirido de terceiros com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos. Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição deduzido das despesas de amortização.
- Pontos Comerciais adquiridos de terceiros e mensurados pelo custo de aquisição com vida útil de acordo com prazo de contratos de alugueis.
- Valor de marca apurado nas aquisições envolvendo a combinação de negócios. O valor de marca sem vida útil definida é testado anualmente e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário.

j) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual às perdas esperada para 12 meses (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo (formado substancialmente pelo ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida) são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente independentemente de indicativos para *impairment*.

Ativos não financeiros--Continuação

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. A Administração definiu a rede de drogarias, como uma unidade geradora de caixa ("UGC"), uma vez que todas as operações foram integradas posteriormente ao processo de aquisição (gestão, sistemas, processos, etc.) e se beneficiam das sinergias das combinações. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O Grupo não identificou indicativos de perda desses ativos nos exercícios de 2021 e 2020.

k) Arrendamento mercantil

O Grupo avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

i) *Ativos de direito de uso*

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

ii) *Passivos de arrendamento*

O Grupo determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, o grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento

ii) *Passivos de arrendamento--Continuação*

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

iii) *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

l) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulante e não circulante são ajustados a valor presente (para melhor refletir o valor justo da transação), calculados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Especificamente em relação aos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, estes são mensurados pelo valor justo (na data do balanço), resultante da contabilidade de hedge do valor justo.

m) Provisão

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos ativos são revisados em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de futuros lucros tributáveis progride.

Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

p) Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com BR GAAP enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores do Grupo e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

r) Informação por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, varejo de produtos farmacêuticos e de perfumaria, que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões (diretoria executiva).

s) Normas emitidas e ainda não vigentes

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. O Grupo recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 e aplicou o expediente prático dentro do período da norma.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

5 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações do Grupo e das seguintes controladas:

Controladas diretas	Participação (%)	
	31.12.2021	31.12.2020
Nice RJ Participações S.A. ("Nice")	100,00%	100,00%
Drogaria Cipriano de Santa Rosa Ltda ("Cipriano")	100,00%	100,00%

Controladas indiretas	Participação (%)	
	31.12.2021	31.12.2020
CSB Drogarias S.A. ("CSB") (i)	100,00%	100,00%
Drogaria Rosário S.A. ("Rosário") (i)	100,00%	100,00%
Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. ("COF") (i)	100,00%	100,00%
Casa Saba Brasil Holdings Ltda. ("CSBH") (i)	100,00%	100,00%

(i) Empresas sob controle direto da Nice RJ Participações S.A.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as entidades do Grupo. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Eliminação de encargos de tributos sobre a parcela de lucros não realizados apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as entidades do Grupo e consistem com aquelas utilizadas no exercício anterior.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	-	107	18.305	11.481
Aplicações financeiras	31.075	73.671	78.052	195.010
	31.075	73.778	96.357	206.491

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários do Santander, Itaú, Bradesco, BRB, ABC, Safra, e Caixa Econômica Federal ("CEF"), remunerados a taxas de 88% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (82% a 103% em 2020).

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27.

7 Contas a receber

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Cartão de crédito	91.766	68.171
Convênios (i)	4.128	3.225
Perdas de créditos esperados	(156)	-
	95.738	71.396

(i) Referem-se aos valores a receber do Governo Federal pelas vendas realizadas no Programa Farmácia Popular e saldos com empresas conveniadas.

Segue a posição dos saldos:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
A vencer	94.837	71.076
Vencidos de 1 a 30 dias	579	225
Vencidos de 31 a 60 dias	62	38
Vencidos de 61 a 90 dias	53	12
Vencidos de 91 a 180 dias	151	45
Vencidos acima de 181 dias	212	-
	95.894	71.396

Segue movimentação para perdas de crédito esperadas ("PCE"):

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	-	(513)
Adições	(659)	(572)
Reversões	503	1.085
Saldo final	(156)	-

8 Estoques

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Medicamentos	90.763	82.038
Perfumaria	49.054	50.159
Estoque em trânsito	983	-
Provisão para perda	(732)	(292)
	140.068	131.905

Abaixo, movimentação da provisão para perdas nos estoques em 2021 e 2020.

Movimentação	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2020	-
Adições	(4.272)
Reversões	3.980
Em 31 de dezembro de 2020	(292)
Adições	(3.276)
Reversões	2.836
Em 31 de dezembro de 2021	(732)

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Circulante				
ICMS	-	-	11.259	11.639
IR e CSLL	333	6	17.210	13.950
PIS e COFINS	-	-	8.749	9.878
Outros	-	3	1.473	1.940
	333	9	38.691	37.407
Não circulante				
PIS e COFINS	-	-	30.333	22.904
	-	-	30.333	22.904

Trânsito em julgado – Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

As subsidiárias da bandeira Tamoio e Drogasmil obtiveram decisões definitivas favoráveis, transitadas em julgado, em processos nos quais discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional em 2010 e 2012. As subsidiárias da bandeira Rosário e COF ainda aguardam julgamento dos seus processos.

Vale lembrar que a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS foi objeto de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), com repercussão geral reconhecida no RE nº 574.706/PR, que declarou, em 15 de março de 2017, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, fixando-se a seguinte tese: “o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS” (Tema nº 69 da Repercussão Geral).

Em janeiro de 2021, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) promoveu a habilitação parcial desses créditos no montante de R\$ 18.913, e a Companhia já iniciou a compensação desses valores com tributos federais devidos.

Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF decidiu que exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é de fato válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE 574.706. Em 2021, a Companhia possuía valores de créditos pendentes de decisão definitiva, e com a decisão do STF fez o registro complementar do crédito apurado sobre a exclusão do PIS e COFINS no valor de R\$ 12.579, sendo R\$ 4.182 registrados após aprovação da incorporação da COF pela Administração, conforme nota explicativa nº 30.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado e registrado para estes processos, incluindo ICMS e ICMS-ST, foi de R\$ 33.661 (R\$ 23.898 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 7.712 compensações realizadas no período.

Adicionalmente a empresa possui no período um crédito corrente de PIS e COFINS em relação a sua operação no montante de R\$ 5.421 (R\$ 4.884 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, com base em projeções realizadas, relativas à estimativa de compensação históricas, tem expectativa de que os créditos fiscais referentes a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS sejam compensados em até 5 anos.

10 Outras contas a receber

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
Acordos comerciais (i)	7.090	12.404
Adiantamentos	2.856	2.641
Despesas antecipadas de benefícios trabalhistas	1.336	1.155
Despesas antecipadas com <i>softwares</i>	552	1.094
Despesas antecipadas de seguros	414	364
Despesas antecipadas de IPTU	28	203
Outras despesas antecipadas	1.496	1.811
Provisão para perda de crédito esperadas	(648)	(1.092)
	13.124	18.580
Não circulante		
Precatórios	524	524
	524	524

- (i) Referem-se a reembolsos contratuais gerados por despesas incorridas pelo Grupo para fomentar ações de marketing e venda dos produtos dos seus fornecedores.

11 Partes relacionadas

O Grupo é composto pela Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., que detém controle da d1000 através de 53,49% de participação em seu patrimônio líquido, pela controladora d1000 e pelas controladas diretas e indiretas – vide nota explicativa nº 5.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre as controladas e controladoras.

A Companhia possui um Contrato de Fornecimento com linha de crédito com a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e as sociedades operacionais controladas pela Companhia, e tem um prazo de 10 anos, sendo este renovável.

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia aprovou um aditivo ao Contrato de Fornecimento, que prevê a alteração no prazo médio de pagamento de compra de estoques para lojas a serem inauguradas, a Profarma já possui condições semelhantes para outros clientes.

As transações comerciais de compra e venda de produtos (vencíveis no curto prazo, sem incidência de juros) estão demonstradas abaixo:

	31.12.2021					31.12.2020
	CSB	Cipriano	COF	Rosário	Total	Total
Contas a receber (Profarma)	-	-	422	-	422	1.155
Estoque mercadoria em trânsito (Profarma)	(4)	(82)	(53)	(844)	(983)	-
Fornecedores (Profarma)	(53.376)	(68.447)	(199)	(57.843)	(179.865)	(125.768)

	31.12.2021					31.12.2020
	CSB	Cipriano	COF	Rosário	Total	Total
Receitas líquida (Profarma)	-	-	(1.782)	-	(1.782)	(8.372)
Compras do ano (Profarma) (i)	233.686	347.965	4.239	254.816	840.706	756.675

(i) Aumento referente ao melhor desempenho de vendas no ano e pela abertura de novas lojas.

12 Remuneração do pessoal chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração dos diretores foi de R\$ 2.780 (R\$ 1.809 em 2020). Os encargos sociais sobre estas remunerações totalizaram R\$ 740 (R\$ 455 em 31 de dezembro de 2020). Além da remuneração, o Grupo concedeu aos seus diretores, seguro saúde e de vida no montante de R\$ 22 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 28 em 2020).

13 Investimentos

a. Informações das controladas.

	Capital social		Quantidade de quotas (lote mil)		Patrimônio Líquido		Resultado do exercício		Participação em %		Participação PL	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Controladas												
Nice RJ Participações S.A. (i)	654.878	634.610	906.177	883.774	517.324	489.956	7.101	(6.707)	100,00%	100,00%	517.324	489.956
Drogarias Cipriano	280.816	268.816	281.316	268.816	287.092	276.913	(1.820)	8.079	100,00%	100,00%	287.092	276.913
Total dos investimentos											804.416	766.869

(i) Holding com participação indireta de 100% na CSB Drogarias S.A. (rede Drogasmil) e na Rosário/COF (rede de Drogaria Rosário).

b. Movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Nice	Cipriano	CSB	Rosário	COF	CSBH	Eliminação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	211.877	254.172	(2.526)	(72.435)	(3.973)	(565)	79.499	466.049
Equivalência patrimonial	(6.707)	8.079	(750)	1.790	(3.619)	634	1.945	1.372
Aumento de capital	284.786	15.000	100.002	180.000	-	-	(280.002)	299.786
Pagamento de dividendos	-	(338)	-	-	-	-	-	(338)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	489.956	276.913	96.726	109.355	(7.592)	69	(198.558)	766.869
Equivalência patrimonial	7.101	(1.820)	2.696	6.936	1.426	(2)	(11.057)	5.280
Aumento de capital	20.267	12.000	17.000	-	-	-	(17.000)	32.267
Saldo em 31 de dezembro de 2021	517.324	287.093	116.422	116.291	(6.166)	67	(226.615)	804.416

14 Imobilizado

Consolidado

	31.12.2020		31.12.2021				31.12.2020	
Taxa	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Valor contábil
Benfeitorias	100.963	36.580	(2.579)	(40)	134.924	(59.948)	74.976	46.712
Computadores e periféricos	27.754	5.512	(1.366)	12	31.912	(23.276)	8.636	6.121
Móveis e utensílios	29.545	832	(1.327)	(9)	29.041	(20.259)	8.782	10.305
Máquinas e equipamentos	15.689	3.763	(547)	141	19.046	(8.861)	10.185	7.872
Veículos	601	-	-	-	601	(549)	52	137
Projeto em andamento	-	2.238	(4)	(104)	2.130	-	2.130	-
Direito de uso	283.026	137.499	(41.061)	-	379.464	(149.762)	229.702	185.965
	457.578	186.424	(46.884)	-	597.118	(262.655)	334.463	257.112

Consolidado

	31.12.2019		31.12.2020				31.12.2019	
Taxa	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Valor contábil
Benfeitorias	82.809	20.957	(2.804)	1	100.963	(54.251)	46.712	31.503
Computadores e periféricos	26.081	2.034	(366)	5	27.754	(21.633)	6.121	6.228
Móveis e utensílios	29.154	911	(501)	(19)	29.545	(19.240)	10.305	11.896
Máquinas e equipamentos	12.055	3.826	(188)	(4)	15.689	(7.817)	7.872	5.265
Veículos	584	-	-	17	601	(464)	137	231
Direito de uso	174.577	124.044	(15.595)	-	283.026	(97.061)	185.965	126.279
	325.261	151.772	(19.454)	-	457.578	(200.466)	257.112	181.403

O imobilizado do Grupo não apresentou, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, indícios de *impairment* dos itens componentes do seu ativo imobilizado.

14.1 Depreciação

Consolidado

	31.12.2020		31.12.2021		
Taxa	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Benfeitorias	(54.251)	(7.803)	2.105	1	(59.948)
Computadores e periféricos	(21.633)	(2.733)	1.098	(8)	(23.276)
Móveis e utensílios	(19.240)	(2.261)	1.245	(3)	(20.259)
Máquinas e equipamentos	(7.817)	(1.525)	471	10	(8.861)
Veículos	(464)	(85)	-	-	(549)
Direito de uso	(97.061)	(67.475)	14.774	-	(149.762)
	(200.466)	(81.882)	19.693	-	(262.655)

Consolidado

	Taxa	31.12.2019		31.12.2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Benfeitorias	10%	(51.306)	(4.619)	1.674	-	(54.251)
Computadores e periféricos	20%	(19.853)	(2.055)	275	-	(21.633)
Móveis e utensílios	10%	(17.258)	(2.339)	355	2	(19.240)
Máquinas e equipamentos	10%	(6.790)	(1.156)	131	(2)	(7.817)
Veículos	20%	(353)	(111)	-	-	(464)
Direito de uso	20%	(48.298)	(53.934)	5.171	-	(97.061)
		(143.858)	(64.214)	7.606	-	(200.466)

15 Intangível

Consolidado

	Taxa	31.12.2020		31.12.2021			31.12.2020
		Custo	Adições	Baixas	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil
Marcas e patentes	-	116.880	-	-	116.880	-	116.880
Softwares	20%	11.660	1.478	(124)	13.014	(10.664)	2.350
Pontos comerciais	20%	142.125	5.954	-	148.079	(93.282)	54.797
Ágio	-	436.251	-	-	436.251	-	436.251
		706.916	7.432	(124)	714.224	(103.946)	610.278
							615.004

Consolidado

	Taxa	31.12.2019		31.12.2020			31.12.2019
		Custo	Adições	Baixas	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil
Marcas e patentes	-	116.880	-	-	116.880	-	116.880
Softwares	20%	10.585	1.096	(21)	11.660	(10.152)	1.508
Pontos comerciais	20%	142.722	3.840	(4.437)	142.125	(81.760)	60.365
Ágio	-	436.251	-	-	436.251	-	436.251
		706.438	4.936	(4.458)	706.916	(91.912)	615.004
							623.331

15.1 Amortização

Consolidado

	Taxa	31.12.2020		31.12.2021	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	20%	(10.152)	(634)	122	(10.664)
Pontos comerciais	20%	(81.760)	(11.522)	-	(93.282)
		(91.912)	(12.156)	122	(103.946)

Consolidado

	Taxa	31.12.2019		31.12.2020	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	20%	(9.131)	(1.022)	1	(10.152)
Pontos comerciais	20%	(73.976)	(11.720)	3.936	(81.760)
		(83.107)	(12.742)	3.937	(91.912)

a. Ágio na aquisição da rede Tamoio

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 178.540 (R\$ 178.540 em 31 de dezembro de 2020), refere-se à aquisição de 100% da Rede de Drogarias Tamoio ocorrida em 23 de dezembro de 2015.

b. Ágio na aquisição da rede CSB / Farmalife

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 108.714 (R\$ 108.714 em 31 de dezembro de 2020), referente à aquisição da CSB Drogarias S.A., ocorrida em setembro de 2013.

c. Ágio na aquisição da rede Rosário

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 148.997 (R\$ 148.997 em 31 de dezembro de 2020), refere-se à aquisição de 100% das cadeias Rosário e COF, efetivamente concluída em novembro de 2016.

d. Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida (“impairment”)

O saldo integral de ágio no montante de R\$ 436.251 (R\$ 436.251 em 2020) e ativos intangíveis com vida útil indefinida foram alocados ao grupo de UGCs para fins de redução ao valor recuperável.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida foi realizado em 31 de dezembro de 2021, considerando o fluxo de caixa descontado (dez anos e uma taxa de crescimento terminal a partir de então) à taxa de 11,7% ao ano (10,3% em 31 de dezembro de 2020), e um crescimento projetado de 3,2% (3,2% em 31 de dezembro de 2020) em uma base de perpetuidade. A Companhia considera os fluxos de caixa para 10 anos em aderência ao seu plano de expansão das lojas que estão suportados por sua capacidade financeira.

Receita de vendas e despesas

O crescimento da receita foi projetado levando em consideração: (I) os níveis médios de crescimento experimentados pela Companhia nos últimos cinco anos; (II) o crescimento estimado do setor de varejo farmacêutico (em volume de vendas e preços) para os próximos dez anos; e (III) o crescimento gerado pela expansão de novas lojas projetadas com o caixa incrementado pela abertura de capital.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas no apurado no exercício de 2021, em que a Companhia vem experimentando e projetando ganhos de margens para os próximos anos baseado em uma melhor gestão de preços e categorias.

Taxas de descontos

As taxas de desconto refletem a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Análise de sensibilidade

Com base no cálculo efetuado em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil do ágio e essas UGCs foi determinado como inferior ao seu valor recuperável. Sendo assim 31 de dezembro de 2021, não foi identificada perda por redução ao valor recuperável.

e. Marcas e patentes

Refere-se substancialmente às marcas relacionadas às redes de lojas adquiridas, sendo R\$ 50.562 na CSB (marcas Drogasmil e Farmalife), R\$ 44.273 na Itamaraty (marca Tamoio) e R\$ 22.045 na Rosário (marca Rosário).

16 Fornecedores

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores - mercadorias para revenda	410	1.169
Fornecedores - partes relacionadas	179.865	125.768
Fornecedores - não revenda	7.021	6.240
	187.296	133.177

As controladas CSB, Cipriano e COF fazem transações comerciais de compra de mercadorias com sua controladora indireta, conforme nota explicativa nº 11.

O Grupo possui uma política de gerenciamento de risco financeiro para assegurar que contas a pagar sejam liquidadas dentro do prazo.

A exposição do Grupo a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 27.4.

Segue a posição dos saldos a pagar de mercadorias para revenda, não revenda e partes relacionadas por vencimento:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
A vencer de 01 a 60 dias	179.736	132.953
A vencer de 61 a 90 dias	4.072	8
A vencer de 91 a 360 dias	3.488	216
	187.296	133.177

17 Empréstimos e financiamentos

Instituições	Indexador	Juros	Consolidado	
			31.12.2021	31.12.2020
Banco Guanabara	CDI	100% do CDI + 3% a.a.	4.594	8.704
Banco Bradesco	CDI	100% do CDI + 3,9573% a.a.	4.972	7.648
Banco Santander	CDI	100% do CDI + 2,43% a.a.	-	6.540
Banco CCB	CDI	100% do CDI + 2,4386 a.a.	884	1.758
Banco IBM	CDI	0,38% a.m.	-	252
Banco BBM (i)		4,3340 % a.a. (US\$)	-	949
Banco Safra (i)		4,4329% a.a. (US\$)	24.741	52.995
Banco Itaú (i)		5,2663% a.a. (US\$)	-	7.733
HSBC (i)		3,4995 % a.a. (US\$)	12.264	28.233
Banco CCB (i)		100,00% LIBOR-03 + 0,70% a.a. (US\$)	3.542	16.611
			50.997	131.423
Circulante			48.531	84.498
Não circulante			2.466	46.925

(i) *Fair value option*

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de aquisição de investimentos e de bens, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Para empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo aplica *fair value option*. Consequentemente, todos os empréstimos em moeda estrangeira e instrumentos de *hedge* relacionados as operações de *swap*, classificados como derivativos, são contabilizados pelo valor justo, a fim de gerenciar melhor a volatilidade no resultado.

Os *swaps* estão reconhecidos pelo seu valor justo. Em todos os *swaps* contratados o Grupo receberá a variação cambial acrescida de taxa pré-fixada ("Ponta Ativa") e em contrapartida pagará a variação de um percentual do CDI ("Ponta Passiva").

Das operações dos empréstimos e financiamentos consolidados acima descritas, 46% são garantidos por recebíveis, totalizando R\$ 23.463. As outras transações não possuem garantias.

Nenhuma das operações de empréstimos possui covenants estabelecidos em contrato.

As parcelas dos financiamentos vencíveis a curto e longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

Ano	Consolidado
	31.12.2021
2022	48.531
2023	2.466
	50.997

Conciliação da movimentação patrimonial com fluxo de caixa decorrentes de atividades de financiamentos:

Passivos						
	Empréstimos e financiamentos	Instrumentos financeiros	Total Empréstimos + Instrumentos financeiros	Capital social	Pagamento de arrendamento - direito de uso	Total
<i>Em milhares de Reais</i>						
Saldo em 1º de janeiro de 2021	131.423	(25.396)	106.027	1.004.004	(121.845)	988.186
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	-	-	-
Pagamento de arrendamento - direito de uso	-	-	-	-	(75.417)	(75.417)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Liquidação de empréstimos e Instrumentos financeiros	(83.064)	19.130	(63.934)	-	-	(63.934)
Juros pagos	(5.532)	-	(5.532)	-	-	(5.532)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(88.596)	19.130	(69.466)	-	(75.417)	(144.883)
Outras variações	(1.164)	(2.108)	(3.272)	-	-	(3.272)
Despesas com juros	9.334	(2.198)	7.136	-	-	7.136
Total das outras variações relacionadas com passivos	8.170	(4.306)	3.864	-	-	3.864
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.997	(10.572)	40.425	1.004.004	(197.262)	847.167

Passivos						
	Empréstimos e financiamentos	Instrumentos financeiros	Total Empréstimos + Instrumentos financeiros	Capital social/ AFAC	Pagamento de arrendamento - direito de uso	Total
<i>Em milhares de Reais</i>						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	218.699	(4.575)	214.124	634.017	(58.996)	789.145
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	-	369.987	-	369.987
Pagamento de arrendamento - direito de uso	-	-	-	-	(62.849)	(62.849)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	131.318	-	131.318	-	-	131.318
Liquidação de empréstimos e Instrumentos financeiros	(278.406)	39.581	(238.825)	-	-	(238.825)
Juros pagos	(12.466)	-	(12.466)	-	-	(12.466)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(159.554)	39.581	(119.973)	369.987	(62.849)	187.165
Outras variações	561	(386)	175	-	-	175
Despesas com juros	71.717	(60.016)	11.701	-	-	11.701
Total das outras variações relacionadas com passivos	72.278	(60.402)	11.876	-	-	11.876
Saldo em 31 de dezembro de 2020	131.423	(25.396)	106.027	1.004.004	(121.845)	988.186

18 Arrendamento mercantil

O Grupo, como arrendatário, tem ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais basicamente de lojas e centros de distribuição. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A seguir estão apresentadas as movimentações de direito de uso:

Ativo de direito de uso

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	126.279
Novos contratos	124.044
Rescisões contratuais	(10.424)
Depreciações	(53.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	185.965
Novos contratos	135.607
Rescisões contratuais	(24.395)
Depreciação	(67.475)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	229.702

Passivo de arrendamento

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(162.242)
Novos contratos	(124.044)
Rescisões contratuais	14.936
Pagamentos	57.167
Descontos (i)	5.682
Provisão de encargos financeiros	(13.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(221.909)
Novos contratos	(135.607)
Rescisões contratuais	31.463
Pagamentos	70.294
Descontos (i)	5.123
Provisão de encargos financeiros	(16.641)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(267.277)
Circulante	(67.787)
Não circulante	(199.490)
Total	(267.277)

- (i) Descontos no pagamento do arrendamento, recebidos em função da pandemia do Covid-19, o Grupo optou pela adoção do expediente prático, em que não é feita nenhuma reavaliação no valor do direito de uso e suas contraprestações. Desta forma o montante do benefício recebido através de desconto no pagamento do arrendamento foi registrado como resultado operacional, estando esta metodologia em conformidade com a revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2).

Montante reconhecido no resultado

	Consolidado
Depreciação de direito de uso	53.934
Encargos financeiros	13.408
Descontos	(5.682)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	61.660
Depreciação de direito de uso	67.475
Encargos financeiros	16.641
Descontos	(5.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	78.993

19 Impostos e taxas

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
ICMS	1.282	1.044
IR e CSLL	154	80
PIS e Cofins	1.364	1.602
Parcelamento – Refis	264	49
Parcelamento - ICMS	3.274	3.887
Outros	3.582	2.838
	9.920	9.500
Não circulante		
Parcelamento – ICMS (i)	4.453	6.832
Parcelamento - Refis	34	1.912
	4.487	8.744

- (i) Parcelamento de ICMS a recolher decorre principalmente em função de uma estratégia de preservação de caixa no momento inicial da pandemia, onde o Grupo aproveitou algumas oportunidades de parcelamentos de débitos estaduais e postergando recolhimento, de acordo com as possibilidades de parcelamento em cada estado, acrescido da atualização monetária pela Selic, pelo prazo médio de 99 meses.

20 Provisão para contingências

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Tributárias	10.639	13.962
Cíveis	2.492	6.575
Trabalhistas	13.570	21.339
	26.701	41.876

Segue movimentação da provisão:

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 1º de janeiro de 2020	24.125	5.394	25.918	55.437
Adições	1.285	1.711	6.735	9.731
Reversões	(11.448)	(391)	(1.533)	(13.372)
Pagamentos	-	(139)	(9.781)	(9.920)
Em 31 de dezembro de 2020	13.962	6.575	21.339	41.876
Adições	1.020	262	1.958	3.240
Reversões	(2.334)	(4.070)	(247)	(6.651)
Pagamentos	(2.009)	(275)	(9.480)	(11.764)
Em 31 de dezembro de 2021	10.639	2.492	13.570	26.701

As principais causas trabalhistas provisionadas no consolidado estão pulverizadas e têm origem em solicitações de horas extras e danos morais.

As principais causas tributárias provisionadas na posição consolidada, são pela aquisição da rede Rosário e têm origem em diferenças de recolhimento de ICMS, Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas, originadas em exercícios anteriores à aquisição.

Em 31 de dezembro de 2021, existem outros processos avaliados pelo Grupo com risco de perda possível no montante aproximado de R\$ 32.362 no consolidado (R\$ 30.824 em 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída. As contingências com risco de perda possível são pulverizadas. As principais causas referem-se a: cíveis – ação por indenização de danos morais, materiais e produtos vencidos; trabalhistas – horas extras, adicional de trabalho noturno, diferenças salariais e comissão; tributárias – não recolhimento de ICMS e ICMS ST.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis:

	Consolidado		
	31.12.2020	Adições (reversões)	31.12.2021
Provisões para contingências	12.787	(3.709)	9.078
IR/CS diferidos sobre prejuízos fiscais	119.529	35.212	154.741
Arrendamentos - CPC06 (R2)	11.320	1.455	12.775
Outros	1.589	(1.317)	272
Ativos fiscais diferidos	145.225	31.641	176.866
Valor justo aquisição	(9.005)	-	(9.005)
Mais valia dos acervos líquidos de companhias adquiridas	(66.411)	1.813	(64.598)
Amortização fiscal do ágio	(34.839)	(11.613)	(46.452)
Passivos fiscais diferidos	(110.255)	(9.800)	(120.055)
Total de imposto de renda e contribuição social - não circulante	34.970	21.841	56.811

	31.12.2020	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição social ativos	62.354	94.802
Imposto de renda e contribuição social passivos	(27.384)	(37.991)
	34.970	56.811

Conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, o Grupo estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 11 anos:

Ano	Consolidado
2022	5.737
2023	4.209
2024	7.976
2025	11.226
2026	17.259
2027 em diante	130.460
Total	176.866

b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação ao saldo total de prejuízo fiscal, pois não é totalmente certo que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar integralmente seus benefícios.

	2021	2020
Prejuízos fiscais acumulados não contabilizados	316.733	362.564
	316.733	362.564

Com os recursos provenientes da abertura de capital realizada em 10 de agosto de 2020 reavaliamos nossas estimativas de estrutura de capital e abertura de lojas. Dessa forma foi reconhecido neste exercício um ativo adicional diferido de imposto de renda de R\$ 15.583 sobre o prejuízo fiscal, até então não reconhecidos em anos anteriores. Com isso apresentamos a redução na base do prejuízo fiscal acumulado e não reconhecido em R\$ 45.831.

A Administração considerou que a capacidade de recuperação de prejuízos fiscais remanescente de R\$ 316.733 ainda é incerta, pois o ritmo de crescimento dos resultados da Companhia ainda não pode ser confirmado. No futuro, de acordo com a evolução dos resultados, esse saldo remanescente atualmente não reconhecido, poderá ser reconhecido.

c. Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, debitada em resultado, é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	1.979	123	(19.186)	(17.782)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Pela alíquota fiscal combinada	(673)	(42)	6.523	6.046
Adições e exclusões:				
Equivalência patrimonial	1.795	467	-	-
Efeito IR do prejuízo fiscal das controladas não reconhecido	(1.122)	(425)	(518)	(1.410)
IR diferido prejuízo extemporâneo	-	-	16.000	16.000
Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	-	(840)	(2.731)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	-	(676)	(1.640)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	-	21.841	19.545
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	21.165	17.905
Alíquota efetiva	0%	0%	110%	101%

A d1000 Varejo Farma S.A. (controladora) e suas controladas diretas optaram pelo regime de tributação pelo lucro real anual apurado através de balancetes de suspensão mensais.

22 Contas a pagar – aquisição de subsidiária

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
Aquisição da rede Rosário	4.160	4.061
	4.160	4.061
Não circulante		
Aquisição da rede Rosário	4.000	8.000
	4.000	8.000

A dívida está sendo paga em parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, no montante de R\$ 1.000, sendo a última em 01 de outubro de 2023, sujeito a juros remuneratórios equivalentes a 110% do CDI.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado é de R\$ 1.035.325 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.035.325 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 50.602.842 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (50.602.842 em 31 de dezembro de 2020).

Em agosto de 2020, a Companhia realizou um agrupamento das ações ordinárias passando de 676.665.928 ações ordinárias para 27.066.637 ações ordinárias. A posteriori, a Companhia realizou uma oferta pública de ações de distribuição primária de 23.536.205 (vinte e três milhões, quinhentas e trinta e seis mil e duzentas e cinco) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), ao preço de R\$17,00 por Ação (“Preço por Ação”), perfazendo o montante total de R\$ 400.115.

b. Reserva de lucros

- **Reserva legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi constituída reserva legal pelo fato do grupo ter compensando prejuízo de exercícios anteriores.

c. Dividendos

O Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76. Não foi constituído provisão para pagamento de dividendo mínimo obrigatório pelo fato do grupo ter compensando prejuízo de exercícios anteriores.

24 Resultado por ação

Resultado básico

O cálculo básico do resultado por ação em 31 de dezembro de 2021, foi feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade da média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme quadro abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Resultado do e atribuível aos acionistas	1.979	123
Quantidade de ações (em milhares – média ponderada)	50.603	50.603
Resultado por ação básico (R\$)	0,039	0,002

Resultado diluído

Não há efeitos diluidores no resultado por ação, sendo desta forma resultado básico igual ao resultado diluído.

25 Receita operacional, líquida

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Receita operacional, bruta		
Venda de produtos	1.210.298	1.072.197
Tributos	(59.951)	(60.019)
Devoluções	(8.953)	(7.803)
Receita operacional, líquida	1.141.394	1.004.375

Receita de venda de produtos refere-se integralmente à atividade fim do Grupo (varejista farmacêutica), substancialmente representada por vendas em balcão à vista e por cartão de débito e crédito para o consumidor, em sua totalidade realizada no território brasileiro.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(168)	(132)	(7.136)	(16.889)
Juros s/ parcelamentos de impostos	-	(10)	(675)	(1.233)
Resultado de SWAP Ajuste Mercado	-	-	2.839	(188)
Encargos sobre arrendamento	-	-	(16.642)	(13.408)
Outros	(213)	(10)	(2.612)	(1.126)
	(381)	(152)	(24.226)	(32.844)
Receitas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.998	564	3.256	1.978
Atualizações monetárias ativas	-	-	3.896	6.437
	1.998	564	7.152	8.415
Resultado financeiro	1.617	412	(17.074)	(24.429)

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

O Grupo e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. O Grupo e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Grupo.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, estimativas e metodologias apropriadas. Entretanto, foram aplicados julgamentos e interpretações para produzir o valor de realização mais adequado. Os montantes estimados a partir desta metodologia, não necessariamente podem ser realizados no mercado.

A administração e acompanhamento destes instrumentos são realizados através de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

27.1 Gestão de capital

O Grupo mantém uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas são monitorados.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os riscos e retornos dos investimentos, buscando níveis mais adequados de financiamentos, tendo como vantagem uma posição de capital saudável, o que contribui para a obtenção de custo de capital atrativos.

27.2 Valor justo versus valor contábil

A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota explicativa estão com o valor contábil apresentados em valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado				Nível
	31.12.2021		31.12.2020		
	Valor contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	96.357	96.357	206.491	206.491	
Contas a receber	95.738	95.738	71.396	71.396	2
Ativos mensurados pelo valor justo					
Derivativos ativos – swap	10.572	10.572	25.396	25.396	2
Passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos	40.547	40.547	106.521	106.521	2
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	10.450	10.656	24.902	24.892	2
Fornecedores	187.296	187.296	133.177	133.177	2
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	8.160	8.160	12.061	12.061	2
Arrendamento a pagar	267.277	267.277	221.909	221.909	2
Outras contas a pagar	14.393	14.393	9.664	9.664	2

As tabelas acima apresentam ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pelo Grupo. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; e
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

27.3 Valorização dos instrumentos financeiros

a. Caixa e equivalentes de caixa

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa do Grupo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

b. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos através do custo amortizado (moeda nacional) e pelo valor justo de mercado (moeda estrangeira). As variações entre as taxas de juros de empréstimos contratados e as taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazo e riscos semelhantes fazem com que o valor contábil dos empréstimos seja diferente do seu valor de mercado.

O valor justo é calculado utilizando metodologias de fluxo de caixa descontado.

c. Instrumentos financeiros – *swaps*

Mensurados ao valor justo têm como objetivo a proteção às oscilações das moedas estrangeiras.

As operações de *swap* em aberto foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI, sendo, no entanto, caracterizados como *hedge*. Os ganhos e perdas gerados pela apropriação de juros e ajustes para a marcação a mercado estão registrados no resultado.

Os *swaps* estão reconhecidos pelo seu valor justo. Em todos os *swaps* contratados o Grupo receberá a variação cambial acrescida de taxa pré-fixada (“Ponta Ativa”) e em contrapartida pagará a variação de um percentual do CDI (“Ponta Passiva”).

O valor justo da Ponta Ativa é calculado da seguinte forma: o valor em dólares na data de vencimento da operação é descontado a valor presente pelo fator *pro rata temporis* do cupom cambial em dólares correspondente à data de vencimento na data de cálculo. O valor justo da Ponta Ativa é igual ao valor presente em dólar multiplicado pelo Dólar Ptax de fechamento da data base.

O valor justo da Ponta Passiva é calculado da seguinte forma: é calculado o valor em reais na data de cálculo através da apropriação diária do fator do percentual do CDI de cada contrato. A partir desse valor é calculado o montante estimado na data de vencimento através da multiplicação da taxa pré-fixada brasileira de mercado pelo valor percentual do CDI contratado. O valor justo da Ponta Passiva é igual ao montante estimado na data de vencimento descontado a valor presente pelo fator *pro rata temporis* da taxa pré-fixada brasileira.

O valor a ser liquidado no vencimento será a diferença entre a Ponta Ativa e Ponta Passiva. Os valores do cupom cambial em dólares e da taxa pré-fixada são obtidos através de fontes de mercado independentes como a Bolsa de Mercadorias e Futuros (“B3”) e provedores de informações financeiras enquanto a cotação Dólar norte-americano Ptax é obtida no Banco Central do Brasil (“Bacen”).

As operações de swap utilizadas para proteção de empréstimos estão resumidas a seguir:

	Valor de referência (nacional)		Valor justo (*)	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 4,6198 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 10/2022	3.833	10.224	1.535	2.409
Total Op. Itaú	3.833	10.224	1.535	2.409
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 6,2973 % ao ano Op. Bradesco (HSBC)				
Vencimento: 03/2021	-	5.236	-	1.563
Total Op. Bradesco (HSBC)	-	5.236	-	1.563
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 4,0547 % ao ano Op. Bradesco (HSBC)				
Vencimento: 10/2022	8.889	22.996	3.175	4.981
Total Op. Bradesco (HSBC)	8.889	22.996	3.175	4.981
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 7,6682 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 09/2021	-	1.726	-	368
Total Op. Safra	-	1.726	-	368
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 6,25 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 02/2021	-	2.334	-	631
Total Op. Safra	-	2.334	-	631
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 6,2619 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 03/2021	-	1.121	-	272
Total Op. Safra	-	1.121	-	272
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 4,6897 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 11/2022	2.850	5.104	663	1.015
Total Op. Safra	2.850	5.104	663	1.015
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 6,00 % a.a. BBM				
Vencimento: 03/2021	-	949	-	266
Total BBM	-	949	-	266
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 7,2796 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 07/2021	-	3.448	-	825
Total Op. Safra	-	3.448	-	825
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 6,3391% ao ano Op. Safra				
Vencimento: 01/2021	-	1.879	-	489
Total Op. Safra	-	1.879	-	489
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 6,30 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 06/2021	-	5.402	-	1.384
Total Op. Itaú	-	5.402	-	1.384
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 5,9420 % ao ano Op. Itaú				
Vencimento: 05/2021	-	2.331	-	716
Total Op. Itaú	-	2.331	-	716
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 3,10 % ao ano Op. CCB				
Vencimento: 28/01/2022	1.200	8.295	552	2.197
Total Op. CCB	1.200	8.295	552	2.197
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 4,57 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 30/08/2022	2.000	5.242	745	1.210
Total Op. SAFRA	2.000	5.242	745	1.210
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 3,10 % ao ano Op. CCB				
Vencimento: 14/01/2022	1.200	8.316	565	2.273
Total Op. CCB	1.200	8.316	565	2.273
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 3,80 % ao ano Op. Safra				
Vencimento: 30/08/2022	4.000	10.488	1.489	2.419
Total Op. SAFRA	4.000	10.488	1.489	2.419
Indexador:				
Dólar Norte-americano + 2,62% base 252				
Vencimento:	5.000	11.425	1.848	2.377
Total Op. Safra	5.000	11.425	1.848	2.377
Total posição ativa (passiva)	28.972	106.516	10.572	25.396
Ativo Circulante	-	-	10.572	17.243
Ativo Não Circulante	-	-	-	8.153
Passivo Circulante	28.022	36.627	-	-
Passivo Não Circulante	950	69.889	-	-

27.4 Gerenciamento de risco

a. Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito do Grupo estão sob rigorosas diretrizes de crédito da Administração, que consiste no constante monitoramento dos saldos e operações dos clientes, considerando a pontualidade de pagamento e pulverização de risco, buscando minimizar eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência.

O Grupo registrou provisão para perdas esperadas de contas a receber, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 804 (R\$ 1.092 em 2020), conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 10.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.075	73.778	96.357	206.491
Contas a receber	7	-	-	95.738	71.396
Outras contas a receber	10	71	5	13.649	19.105
		31.146	73.783	205.744	296.992

b. Risco de liquidez

A política geral do Grupo é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. O controle da liquidez e do fluxo de caixa são monitorados de forma constante, de modo a garantir que a geração operacional de caixa seja suficiente para o atendimento de suas obrigações. Com os recursos advindos da abertura de capital, a d1000 passou a uma posição de caixa líquido. Nesse tocante, a Administração julga que o Grupo apresenta um adequado balanceamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, uma geração operacional de caixa satisfatória, uma redução significativa da dívida junto aos bancos, além de uma melhora projetada no desempenho operacional.

Oferta pública de ações

A Companhia realizou na data de 10 de agosto de 2020, a oferta pública de distribuição primária de 23.536.205 (vinte e três milhões, quinhentas e trinta e seis mil e duzentas e cinco) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), ao preço de R\$17,00 por Ação (“Preço por Ação”), perfazendo o montante total de R\$ 400.115.

Segue posição dos passivos financeiros por vencimento:

31 de dezembro de 2021	Consolidado					
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	50.997	53.543	25.209	25.533	2.801	-
Fornecedores	187.296	187.296	187.296	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	8.160	8.160	2.160	2.000	4.000	-

31 de dezembro de 2020	Consolidado					
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	131.423	134.930	28.828	43.520	48.109	14.473
Fornecedores	133.177	133.177	133.177	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	12.061	12.061	2.061	2.000	3.000	5.000

c. Risco de Mercado

Risco da Taxa de Juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI.

O Grupo tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta indexada ao CDI somada à posição assumida nos *swaps* contratados totaliza R\$ 50.997 (R\$ 131.423 em 31 de dezembro de 2020).

O Grupo considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante.

No cenário provável, considerando a expectativa de mercado conforme dados do Bacen publicados em 31 de dezembro de 2021, indicavam uma taxa efetiva média estimada em 11,75% para o ano de 2021. Adicionalmente, em testes de sensibilidade para cenários mais rigorosos, consideramos aumentos na taxa média do CDI da ordem de 25% e 50%.

Segue abaixo quadro com a análise de sensibilidade nos três cenários propostos considerando o impacto negativo no resultado, antes dos impostos, gerado pela dívida indexada ao CDI em aberto em 31 de dezembro de 2021:

Operação	Base de cálculo	Cenário provável	Cenário I -	Cenário II -
			Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Aplicações indexadas ao CDI	78.052	9.171	11.464	13.757
Empréstimos indexados ao CDI	(10.450)	(1.228)	(1.535)	(1.842)
SWAPs indexados ao CDI	(40.547)	(4.764)	(5.955)	(7.146)
Despesa de Juros s/ Dívida líquida indexadas em CDI	27.055	3.179	3.974	4.769
Taxa anual estimada do CDI em 2021		11,75%	14,69%	17,63%

d. Risco de taxa de câmbio

O Grupo considera exposição à variação do Dólar Norte-americano um risco de mercado relevante e para mitigar este risco contratou junto aos Bancos Itaú, Safra, BBM, Bradesco, ACB e CCB operações de *swap* observando as mesmas datas, vencimentos e valores nominais de suas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI.

O Grupo calculou as variações nos valores contabilizados dos instrumentos financeiros com risco cambial em três cenários distintos, considerando a possível variação do dólar Ptax. O Grupo utilizou na construção do cenário provável o Dólar Norte-americano e Euro futuro para cada vencimento dos seus instrumentos financeiros, obtidos junto a BM&F Bovespa em 31 de dezembro de 2021.

O swap não possui custo inicial. A operação de swap está casada com as captações em moeda estrangeira em termos de valor nominal, prazo e taxa de juros, sendo nulo seu efeito no vencimento.

O resultado de *swap* entre a ponta ativa (Dólar Norte-americano e Euro) e a ponta passiva (CDI), está registrada no ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo.

O Grupo tem por política liquidar contratos de longo prazo somente no vencimento. O efeito líquido demonstrado no quadro de análise sensibilidade em 31 de dezembro de 2021 é gerado pela diferença na forma de mensuração dos instrumentos financeiros indexados à variação cambial. Enquanto os empréstimos em moeda nacional são reconhecidos pelo seu custo amortizado, os empréstimos em moeda estrangeira e os *swaps* se encontram reconhecidos pelo seu valor justo conforme Deliberações nºs 566 e 603 da CVM. Nas datas de vencimento dos empréstimos o seu custo amortizado será igual ao seu valor justo anulando completamente o efeito de variações cambiais no caixa do Grupo.

O Grupo não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros de risco ou que tenham caráter especulativo.

Conforme demonstrado abaixo, em nenhum dos cenários, considerando o risco da oscilação do dólar e euro, o Grupo incorreria em perda contábil. Vide a seguir quadro demonstrativo:

Análise de sensibilidade em Dólar Norte-americano

	Base de cálculo	Cenário provável	Cenário I Deterioração de 25%	Cenário II Deterioração de 50%
DÓLAR				
Taxa de câmbio em 31/12/2021		5,58	5,58	5,58
Taxa de câmbio estimada para 31/12/2022		5,60	7,00	8,40
Empréstimos em moeda estrangeira	(40.541)	(145)	(10.317)	(20.488)
<i>Swaps</i>	40.815	146	10.387	20.627
	<u>274</u>	<u>1</u>	<u>70</u>	<u>139</u>

e. Risco de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos e investimentos com retorno de curto e médio prazo.

28 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Despesas Gerais e administrativas				
Despesas c/ Funcionários e Serviços de Terceiros	(4.687)	(1.641)	(36.226)	(31.340)
Despesas da Estrutura	(16)	(1)	246	(5.187)
	(4.703)	(1.642)	(35.980)	(36.527)
Despesas comerciais e de marketing				
Despesas c/ Funcionários e Serviços de Terceiros	-	-	(219.368)	(199.332)
Despesas da Estrutura	-	-	(39.745)	(27.736)
	-	-	(259.113)	(227.068)
Despesas com logística e distribuição				
Despesas c/ Funcionários e Serviços de Terceiros	-	-	(1.900)	(1.456)
Despesas da Estrutura	-	-	406	(1.267)
	-	-	(1.494)	(2.723)
Despesa de Infraestrutura				
Despesas de depreciação e Amortização	-	-	(94.038)	(76.956)
	-	-	(94.038)	(76.956)
Outras despesas / receitas operacionais				
Outras (i)	(215)	(19)	17.327	23.929
	(215)	(19)	17.327	23.929
Outras despesas / receitas operacionais				
PCE - Contas a receber	-	-	(156)	513
PCE - Outros contas a receber	-	-	444	572
	-	-	288	1.085
Resultado de equivalência patrimonial				
Resultado de equivalência patrimonial	5.280	1.372	-	-
	5.280	1.372	-	-
Total Despesas operacionais	362	(289)	(373.010)	(318.260)

(i) Referente ao crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão de ICMS.

29 Cobertura de seguros

O Grupo e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

<u>Itens cobertos</u>	<u>Início</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Instalações, equipamentos e estoques	30/set	Incêndio/raio/explosão	483.122
Lucros cessantes (despesas fixas, perda de lucro líquido)	30/set	Lucros cessantes	477.915
Total			961.037

Os contratos de seguros possuem uma vigência de 12 meses.

30 Eventos subsequentes

Em 15 de fevereiro de 2022, a Diretoria aprovou, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação e mediante Assembleia Geral Extraordinária, as incorporações das empresas Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda e Casa Saba Brasil Holdings Ltda, por Drogaria Rosário S.A. e Nice RJ Participações S.A, respectivamente.

Em 18 de fevereiro de 2022, a Companhia foi informada que o Conselho de Administração da Profarma, sua controladora, aprovou uma proposta de investimento em ações de sua emissão, por meio de operações no mercado de bolsa a serem realizadas no ambiente da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, limitado à quantidade total de até 4.500.000 ações DMVF3, cabendo à Diretoria da Profarma a definição de se, quando e em quais termos tais aquisições serão feitas.

Composição da Diretoria:

Diretor Presidente

Sammy Birmarcker

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Rita Carvalho

Diretor de Operações

Lívio Barboza

Presidente do Conselho de Administração

Fernando Perrone

Membros do Conselho de Administração

Armando Sereno
Claudia Quintella Woods
Fernando Gameleira
Rafael Teixeira
Ricardo Bomeny
Sammy Birmarcker

Contador

Juliano Hadad Cintra Santos
CRC-RJ 118.738/O-0

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sammy Birmarcker, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 07.023.989-2, inscrito no CPF/ME sob o nº 810.719.737-20, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Ayrton Senna, nº 2150, Bloco N, Sala 306, na Barra da Tijuca, CEP 22775-003 e Rita Cristiane Ribeiro Carvalho, brasileira, casada, administradora, portador da cédula de identidade nº 1046709992, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 016.706.277-80, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Ayrton Senna, nº 2.150, Bloco N, sala 306, Barra da Tijuca, CEP 22775-003, doravante denominados simplesmente "Declarantes" respectivamente, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da d1000 Varejo Farma Participações S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 2150, Bloco N, Sala 306, na Barra da Tijuca, CEP 22775-003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob nº 12.108.897/0001-50, doravante denominada "Companhia" declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2022.

Sammy Birmarcker

Presidente

Rita Cristiane Ribeiro Carvalho

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Sammy Birmarcker, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 07.023.989-2, inscrito no CPF/ME sob o nº 810.719.737-20, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Ayrton Senna, nº 2150, Bloco N, Sala 306, na Barra da Tijuca, CEP 22775-003 e Rita Cristiane Ribeiro Carvalho, brasileira, casada, administradora, portador da cédula de identidade nº 1046709992, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 016.706.277-80, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Ayrton Senna, nº 2.150, Bloco N, sala 306, Barra da Tijuca, CEP 22775-003, doravante denominados simplesmente "Declarantes" respectivamente, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da d1000 Varejo Farma Participações S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 2150, Bloco N, Sala 306, na Barra da Tijuca, CEP 22775-003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob nº 12.108.897/0001-50, doravante denominada "Companhia" declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2022.

Sammy Birmarcker

Presidente

Rita Cristiane Ribeiro Carvalho

Diretor de Relações com Investidores



Relatório resumido das atividades do Comitê de Auditoria para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

1. Histórico e Composição

O Comitê de Auditoria da d1000 Varejo Farma Participações S.A. (“**Companhia**”) foi criado e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2020 (“**Comitê**”).

O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2020, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Regulamento do Novo Mercado**”) e na legislação em vigor (“**Regimento Interno**”).

O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiros.

Compete ao Comitê de Auditoria assegurar a operacionalização dos processos e gestão de auditoria interna e externa, dos mecanismos e controles relacionados ao gerenciamento de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio, bem como zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, fazendo recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros e de eventuais ações visando melhorias dos controles internos e a redução de riscos.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: **(i)** Fernando Perrone, coordenador e membro independente do Conselho de Administração; **(ii)** Pedro Jaime Cervatti, membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e **(iii)** Armando Sereno Diógenes Martins, membro do Conselho de Administração.

2. Atividades do Comitê no período

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Comitê realizou 7 (sete) reuniões, nas seguintes datas:

- 10 de março de 2021
- 31 de março de 2021
- 06 de maio de 2021
- 03 de agosto de 2021



- 03 de novembro de 2021
- 16 de dezembro de 2021
- 20 de dezembro de 2021

Abaixo o detalhamento dos principais temas debatidos:

- Recomendação ao Conselho de Administração para a aprovação das contas relativas ao exercício encerrados de 31 de dezembro de 2020, bem como das informações trimestrais relativas ao 1º, 2º e 3º Trimestre.
- Em 31 de março de 2021, o Comitê recomendou como substituta da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"), a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") para a realização dos trabalhos de Auditoria do exercício de 2021.
- Durante a reunião de 31 de março de 2021, os membros do Comitê aprovaram o Plano da Auditoria para 2021 e solicitaram apresentação do cronograma com as ações estratégicas incluindo a identificação de prazos e status das ações, de forma a permitir melhor acompanhamento pelo Comitê. Ademais, o Comitê também solicitou que fosse incluído no cronograma anual, o tema Canal de Denúncias e a visão macro sobre as iniciativas de controle de risco previstas.
- Em 03 de agosto de 2021, o Comitê recomendou ao Conselho de Administração a revisão de seu próprio Regimento Interno e solicitou apresentação sobre estudo das competências do Comitê de Auditoria e do Comitê de Parte Relacionadas
- Em 03 de novembro de 2021, o Comitê sugeriu que a Administração revise a necessidade do Contrato de Fornecimento entre a Companhia e a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A, em especial quanto à exclusividade. Solicitou também que todas as atualizações ao mapa de riscos sejam apresentadas ao Comitê de Auditoria. O Comitê aprovou o calendário de reuniões do Comitê de Auditoria para o ano de 2022 e também solicitou update dos projetos de Segurança da Informação.
- Em 16 de dezembro de 2022, foi apresentado ao Comitê o novo Código de Ética da Companhia e a proposta de reestruturação societária, que consiste na incorporação das empresas Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. ("COF") e Casa Saba Brasil Holdings Ltda. ("CSBH") respectivamente, pelas empresas Drogeria Rosário S.A (Rosário) e Nice Participações S.A ("Nice"), com expectativa de aproveitamento fiscal e redução de custos versus a manutenção da COF e da CSBH. Recomendando ambos os temas para aprovação do Conselho de Administração da Companhia.
- Também em 16 de dezembro de 2022, o Comitê tomou conhecimento da atualização da carta de controles internos da Companhia relativa a 2020 emitida pela KPMG.
- Em 20 de dezembro de 2021, o Comitê de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração a aprovação do orçamento anual, na forma do art.22, I do Regulamento do Novo Mercado.



3. Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê, órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o relatório da Administração e o relatório (parecer de auditoria) emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S e considerando o disposto no artigo 9º, parágrafo único, inciso III, da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada, emite o seguinte parecer:

“A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da d1000 Varejo Farma Participações S.A., assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras.

O Auditor Independente é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da d1000 Varejo Farma Participações S.A., e que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes.

O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração”.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2022.

Membros

Fernando Perrone

Coordenador do Comitê de Auditoria

Armando Sereno Diógenes Martins

Membro do Comitê de Auditoria



Pedro Jaime Cervatti
Membro do Comitê de Auditoria